

Brasil e China, corrida na transição¹

Edlayan Passos²

Luisa Bianchet³

A China está prestes a superar uma das suas principais fragilidades no comércio internacional: a pegada de carbono elevada de seus produtos em razão da predominância de carvão na matriz energética. Solucionar essa questão passa pela superação de dificuldades estruturais para a eletrificação das indústrias com energia produzida a partir de fontes renováveis. Caso o país avance, o movimento pode limitar significativamente a janela de oportunidade de o Brasil desenvolver um hub de produção industrial de baixo carbono que contribua com a transição energética global.

O programa de organização industrial lançado no começo de julho pelo governo chinês estabelece metas específicas para o consumo de energia renovável em diferentes províncias e setores industriais estratégicos, por meio de mecanismos de mercado e responsabilização setorial como pilares da transição energética local.

Monitoramento nesse sentido existia, até agora, apenas para o setor de alumínio. Com as novas regras, passa a valer também para siderurgia, cimento, polissilício e data centers. Para tanto, espera-se uma demanda de 491,1 bilhões de kWh de eletricidade renovável e mais de 300 GW de novas instalações de usinas eólicas e solares.

O programa possibilita à China completar o trio de predicados estratégicos para a produção industrial na atualidade: competitividade em termos de custo, escala e emissões. Para tanto, essencialmente o país aplica o princípio de “capacidade conforme potencial”, com as províncias mais ricas em recursos naturais e menor densidade populacional assumindo responsabilidades proporcionalmente maiores.

De forma geral, é uma estratégia que representa uma possível mudança estrutural visando os objetivos chineses de “Duplo Carbono” definidos no âmbito do Acordo de Paris: pico de emissões até 2030 e emissões líquidas zero até 2060.

Nesse novo contexto, a China deixa de estar em desvantagem e começa a se preparar para competir em um cenário futuro no qual o compliance ambiental será um atributo central de competitividade. Isso inclui a capacidade de atender mercados estratégicos com exigências climáticas mais rigorosas, como a União Europeia sob o regime do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM).

Esse movimento representa uma ameaça concreta a quanto o Brasil poderá conquistar no emergente mercado global de manufatura verde. A relevância do país nesse cenário depende principalmente da velocidade em que temos condições de implementar uma

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/brasil-e-china-corrída-na-transicao.ghtml> Acessado em 14.08.2025

² Especialista em energia.

³ Analista de Relações Institucionais do Instituto E+ Transição Energética.

plataforma de investimentos nessas áreas. A criação dessa plataforma pressupõe a construção de uma política pública transversal, que conecte de forma estratégica os setores elétrico, industrial e ambiental.

A transição energética é corrida com múltiplos obstáculos para o mundo todo. As transformações na China, os potenciais brasileiros de expansão da indústria verde e o apetite dos mercados globais por soluções de baixo carbono podem ser combinados com vantagens para todos

Isso implica alinhar instrumentos de planejamento energético com diretrizes de política industrial e metas ambientais, promovendo desde a formação técnica especializada até a harmonização regulatória e a remoção de barreiras ao investimento e ao comércio. Somente com essa articulação intersetorial será possível converter o potencial do país em competitividade sustentável e impulsionar uma reindustrialização verde de longo prazo.

Mas, ao mesmo tempo em que o apetite chinês pela energia limpa pode representar uma ameaça à nossa trajetória, também pode convergir em nosso favor: é que, além de investir em geração limpa, o país asiático pode descarbonizar sua produção realocando plantas industriais estratégicas para o Brasil, com objetivo de reduzir emissões de cadeias maneira mais acelerada.

Um exemplo emblemático são etapas da cadeia de produção do silício metálico, insumo essencial para a fabricação de painéis solares. Ao sediar parte dessa produção, o Brasil agregaria valor à sua base mineral e energética, e contribuiria diretamente para a descarbonização da indústria chinesa e da energia solar global. Trata-se, portanto, de um caso concreto de como uma plataforma de reindustrialização verde pode transformar vantagens comparativas em ganhos geoeconômicos e ambientais para ambos os países.

No caso brasileiro, a mudança aumentaria a complexidade da indústria nacional e melhoraria as condições da balança comercial relativa ao produto, hoje muito desfavorável porque baseada na exportação de silício metálico bruto com baixo valor agregado e importação de módulos solares com alto valor agregado, com silício de altíssima pureza. Para a China, por outro lado, seria uma forma mais simples e competitiva de antecipar a descarbonização do segmento.

Por enquanto, o custo relativamente elevado ainda representa o principal desafio para viabilizar esse processo. No entanto, a precificação do carbono tende a reequilibrar a equação, tornando tecnologias mais limpas progressivamente mais competitivas. Esse movimento já pode ser observado, por exemplo, nas exigências crescentes do mercado europeu, que começa a implementar de forma mais efetiva critérios ambientais em suas políticas comerciais, e os painéis fotovoltaicos tendem a ser impactados por tabela, à medida que a agenda de precificação de carbono avança.

Brasil e China podem superar essa barreira em conjunto, por meio de plataformas de financiamento misto, políticas industriais bem direcionadas e instrumentos públicos de indução de demanda, como as compras públicas sustentáveis (“green public procurement”).

Mas precisamos correr atrás, coordenando uma agenda transversal que faça valerem nossas vantagens competitivas.

O fato é que a transição energética é uma corrida com múltiplos obstáculos para o mundo todo. As transformações na China, os potenciais brasileiros de expansão da indústria verde e o apetite de boa parte dos mercados globais por soluções de baixo carbono podem ser combinados com vantagens para todas as partes, contribuindo para transformar essa corrida de barreiras numa corrida de revezamento.